



08/03/2022 11:31 - Mulheres defendem políticas públicas para demandas do pós-pandemia



Sem renda, com sobrecarga nos trabalhos domésticos e mais violência em casa: essa é a realidade de muitas mulheres no contexto da pandemia de covid-19. Essas situações sempre estiveram presentes, mas se intensificaram a partir de 2020. No Dia Internacional da Mulher, comemorado hoje (8), a reportagem converrou com mulheres que atuam no combate às desigualdades e no apoio às suas comunidades.

“Os seres humanos são dependentes desse trabalho de cuidado. Ele é fundamental para uma sociedade funcionar e essa ação está prioritariamente sobre responsabilidade das mulheres. Isso é algo que a sociedade deveria reconhecer e repensar”, propõe Sônia Coelho, da Sempreviva Organização Feminista (SOF). Ela explica que a sustentabilidade da vida está nas mãos de um trabalho invisível e não remunerado, feito por mulheres.

Pesquisa da SOF, realizada em 2020, mostrou que 50% das mulheres brasileiras passaram a cuidar de alguém na pandemia. O percentual é maior entre as mulheres negras, atingindo 52%. Entre as mulheres brancas, o índice é 46%. “Além de carregar o peso do trabalho de cuidar, elas sofreram impacto pela perda da renda, perda do emprego, dificuldade de acesso aos programas de proteção social”, afirma Maitê Gauto, gerente de Programas e Incidência da Oxfam Brasil.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (Dieese), em boletim especial para esta data, no terceiro trimestre de 2021 a força de trabalho feminina era de 46,3 milhões, 1,1 milhão a menos do que no mesmo trimestre de 2019, quando somava 47,5 milhões. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Para o Dieese, isso significa que as trabalhadoras que deixaram o mercado de trabalho durante a pandemia ainda não haviam retornado no ano passado. O número é maior pelo recorte de raça. A redução entre as negras na força de trabalho foi de 925 mil mulheres no período, enquanto as mulheres não negras corresponderam a 189 mil.

“Eu fiz algumas rodas de conversa com mulheres em comunidades, e quando a gente discutia o que mais afetou na pandemia era unanimidade a questão da renda. Aliado a isso, estava a questão da fome, que afeta fundamentalmente mulheres e crianças. Afeta toda a população, mas quando você vê, de quem é cobrada a responsabilidade de ter uma comida na panela? Se a panela estiver vazia, as crianças vão perguntar para a mãe”, afirma.

Suporte

Essa é uma realidade que a advogada Letícia Lefevre conheceu de perto. Ela é cofundadora da comunidade Crianças Especiais, que reúne 3,5 milhões de pessoas no Facebook. “A maioria é formada por mulheres - que é quem cuida. A maioria está em extrema vulnerabilidade social”, diz. Durante a pandemia, ela se dividiu no cuidado dos próprios filhos, no emprego como secretária executiva e na orientação às famílias do grupo. “Ali elas encontram acolhimento, informações, apoio.”

Para a técnica de enfermagem Anna Ferreira, o trabalho na linha de frente da covid-19 trouxe desafios adicionais. “Trabalho em um serviço de atenção domiciliar. Durante a pandemia mudou muito, não tinha mais visita de rotina. Muitas vezes a gente ia, mas já tinha que chamar o Samu [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência]”, lembra. O medo da doença, a perda de colegas, os dias longe da família. “A gente tinha muito a preocupação de não levar o vírus para casa”, relata.

Questão coletiva

Maitê Gauto lembra que, apesar de muitos problemas estarem no ambiente doméstico, as soluções estão nas políticas públicas. “Que as mulheres tenham condições minimamente adequadas de trabalhar e buscar o próprio desenvolvimento pessoal”. E políticas públicas são parte de uma concertação nacional e coletiva que entende que é direito da mulher poder sair para trabalhar, ter um lugar onde deixar os filhos em segurança e em condições de cuidado”, defende.

Nesse sentido, Maitê destaca como fundamentais as políticas de transferência de renda. “A gente nunca pode esquecer que quem tem fome tem pressa. A fome não espera, então essas políticas são fundamentais para garantir condições mínimas de sobrevivência, dignidade, para aquelas famílias que estão em situação de maior vulnerabilidade”. Sônia concorda que, entre as medidas prioritárias de combate às desigualdade no contexto pós-pandemia, está a da renda básica.

Outras políticas também são lembradas por elas, tendo em vista que os preconceitos de gênero geram cobranças em diversos níveis para as mulheres. Entre elas as de proteção social, assistência social, educação infantil "que garantem condições para que as mulheres possam viver a sua vida, trabalhar, estar fora de casa e não ficar apenas nesse papel tradicional do cuidado e, além de tudo, sendo cobrada pelos dois lados", destaca Maitê.

Fonte: Agência Brasil

Notícias RO